

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.574 - AM (2016/0008685-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : PETRÓLEO SABBÁ SA

ADVOGADOS : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM E OUTRO(S) -
MG000822A

EDUARDO MANEIRA E OUTRO(S) - RJ112792A

AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. LUCRO REAL. ÍNDICE DE CORREÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. APRECIÇÃO DA PROVA PERICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 CONFIGURADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA, REAPRECIANDO O RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE, DAR PROVIMENTO AO APELO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto por PETRÓLEO SABBÁ SA. em adversidade à decisão monocrática (fls. 1.031/1.035) que negou seguimento ao seu Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. AÇÃO ANULATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. LUCRO REAL. ÍNDICE DE CORREÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. PERÍCIA TÉCNICA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO. ALTERAÇÃO DO JULGADO IMPLICA O REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA, O QUE É INCABÍVEL NA VIA ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO (fls. 1.031).

2. Na oportunidade, manteve-se o acórdão do egrégio TRF/1a. Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO CONDICIONAL DO DEC. 756/69. REDUÇÃO DO LUCRO REAL. CORREÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. ÍNDICE EQUIVOCADO. DIFERIMENTO DE LUCRO. EXCESSO DE DESPESA. PAGAMENTO DIRETOS.

1. A isenção concedida nos termos do Dec. 756/69 não prescinde do cumprimento das condições previstas.

2. *O uso indevido da ORTN de Dez/77 no lugar da de Set/78 na correção da conta de capital ocasionou a redução do lucro real e, assim, da parcela capitalizável de 30%.*

3. *A autora no ano base 1978, exercício 1979 diferiu lucro inflacionário, deixando de capitalizar a parcela respectiva.*

4. *A intermediação da controladora em relação ao pagamento dos diretores não pode servir de justificativa para superar a limitação imposta pela legislação à despesa operacional com remuneração mensal dos sócios, diretores ou administradores de sociedades comerciais.*

5. *Apelação que se nega provimento (fls. 761).*

3. *Argumenta-se que houve ofensa aos arts 131 e 458, II do CPC/1973. Para tanto, assevera que é possível que se comprove a ofensa à norma procedimental quando ocasionada (a) pela simples ausência de manifestação acerca da prova produzida nos autos e, com mais importância, (b) pela total desconconsideração de que o mérito da ação teria outro deslinde se considerado os termos da respectiva prova. É isso o que se evidencia neste caso (fls. 1.043).*

4. *A parte agravada não apresentou Impugnação ao recurso (fls. 1.049).*

5. *É o relatório.*

6. *Em face das razões lançadas no presente recurso, reconsidero a decisão de fls. 1.031/1.035 e passo à nova análise do Recurso Especial do Contribuinte.*

7. *Quanto à alegação de violação do art. 535 do CPC/1973, por vício de omissão não suprido pelo Tribunal de origem, adianta-se que a irresignação merece prosperar.*

8. *Prefacialmente, é bem verdade que, por um lado, o Julgador não é obrigado a se debruçar sobre todas as teses levantadas pelas partes, respondendo, um a um, os argumentos nelas deduzidos, estando vinculado apenas ao imperativo constitucional da fundamentação suficiente para a efetiva solução da*

controvérsia.

9. Lado outro, dúvida não há de que, constatados vícios de contradição, omissão e obscuridade no julgado - expressamente ventilados pelo Recorrente em sede de Embargos de Declaração, e cuja elucidação é indispensável ao deslinde da controvérsia -, impõe-se a manifestação do órgão julgador, sob pena de nulidade do julgado.

10. Na vertente hipótese, o contribuinte alegou que o acórdão de origem não apreciou integralmente a controvérsia dos autos, argumentando que *como o caso envolve diversos pontos fáticos e contábeis específicos, a Agravante mostrou e comprovou, por perícia realizada nestes autos conforme determinação judicial, que não descumpriu os requisitos previstos como condicionantes à isenção do imposto de renda, em atendimento estrito ao disposto no art. 413 do Regulamento do Imposto de Renda vigente à época, não obstante ter cometido alguns equívocos nas apurações relativas aos anos-calendários de 1979 e 1980. A despeito de constar nitidamente na perícia que o procedimento adotado pela Recorrente estava correto, a sentença (fls. e-STJ 675/685) se limitou a relatar que foi realizada prova pericial, sem fazer qualquer juízo de valor* (fls. 1.041). Todavia, o Tribunal de origem absteve-se de emitir pronunciamento, mesmo com a provocação por meio dos Aclaratórios.

11. Como consequência, verifica-se essencial para a inteira prestação jurisdicional que o órgão julgador *a quo* aprecie os pontos indicados pelo embargante. Entretanto, ao rejeitar os Embargos de Declaração, a Corte regional, de fato, incorreu em violação do art. 535, II do CPC/1973.

12. Ante o exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno para, em juízo de retratação, dar provimento ao Recurso Especial de PETRÓLEO SABBÁ SA. Anula-se o acórdão proferido nos Embargos de Declaração e determina-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que aprecie a matéria articulada nos Aclaratórios, como entender de direito.

13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

